

Artigo

A questão da ordem original em Arquivística: reflexões a partir de Elio Gaspari e Jean Piaget (cinco anos depois)¹

Por Julio Cesar Cardoso

julio72@gmail.com

Resumo:

Breve reflexão sobre o conceito de *ordem original* no campo da Arquivística. A partir de uma consulta à literatura sobre os conceitos tradicionais de *respeito aos fundos*, *proveniência* e *ordem original*, destaca critérios que definem o que se pode considerar como *ordem* e *desordem* nos arquivos. Como forma de ilustrar os conceitos abordados, dois casos são relatados: a publicação da coleção de livros *As ilusões armadas* de Elio Gaspari e as considerações do filósofo suíço Jean Piaget sobre seu local de trabalho. Propõe-se uma revisão dos procedimentos metodológicos da Arquivística, para uma maior aproximação do profissional com o produtor da informação e suas motivações.

Introdução

“A memória é um pandemônio, mas está tudo lá dentro, depois de fuçar um pouco o dono é capaz de encontrar todas as coisas. Não pode é alguém de fora se intrometer, como a empregada que remove a papelada para espanar o escritório. Ou como a filha que pretende dispor minha memória na ordem dela, cronológica, alfabética, ou por assunto.”²

¹ Artigo, em sua maior parte, publicado na Revista Cenário Arquivístico, da Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ), Brasília-DF, v. 3, n. 1, jan./jun. 2004.

² Trecho do livro Leite Derramado, de Chico Buarque.

Como o título demonstra, com esse texto pretendo realizar uma breve reflexão sobre a questão da *ordem original* no campo da Arquivística.

O tema, a meu ver, é de extrema relevância nos estudos sobre as intervenções práticas nos arquivos e, acima de tudo, é básico na definição das metodologias de trabalho fundadas numa *teoria* arquivística.

Evidentemente, o problema da *ordem original* não é recente, estando na base dos princípios e técnicas da Arquivística moderna, desde a sua consolidação como campo de reflexão metódica em meados do século XIX. Muito menos é um assunto em voga, como por exemplo, a problemática dos arquivos eletrônicos e digitais. No entanto, também é evidente que, por apresentar-se como um conceito basilar no estudo dos arquivos, passa a fundamentar o que chamo de *intervenções consolidadas no universo arquivístico*.

Estas *intervenções consolidadas* não são apenas simples técnicas de classificação, arranjo, descrição e indexação de conjuntos documentais sob a responsabilidade dos profissionais de arquivo. Elas incorporam esses procedimentos, porém são mais do que meros procedimentos técnicos. Representam a própria atitude do profissional de arquivo diante do seu objeto de trabalho, que condiciona formas de atuar sedimentadas pelo tempo, e que, por vezes, passam ao largo da crítica e da reflexão sistemáticas.

Este texto gira em torno da seguinte questão central: **como podemos trabalhar com o conceito da *ordem original* nos dias de hoje?**

Logicamente esta pergunta se desdobra em diversas possibilidades de abordagem. Limitar-me-ei a tratá-la sob o aspecto do que considero uma questão paradoxal: **o que determina o conceito de *ordem* e de *desordem* nos arquivos?**

Tendo como base as intervenções consolidadas no universo arquivístico, pode-se interpretar a manutenção da ordem original como manutenção da desordem original?

Usando como referência o conceito de *ordem original*, ao ordenarmos conjuntos documentais, mediante as intervenções consolidadas no universo arquivístico, estamos ordenando ou desordenando os arquivos?

Para abordar essas questões, além da consulta aos autores que já trataram do tema, busquei alimentar a discussão com exemplos da utilização de acervos arquivísticos, buscando com isso sugerir que o comportamento e a opinião dos produtores e detentores dos arquivos podem ser úteis para que possamos repensar nossas práticas. Procuo demonstrar isso por meio

de dois exemplos: a publicação do primeiro volume da coleção *As ilusões armadas* de Elio Gaspari (2002a, p.14-15) e o relato de Jean Piaget (BRINGUIER, 1978) sobre seu local de trabalho na Suíça.

Evidentemente não é possível esgotar o assunto aqui e não é minha intenção reformular bases conceituais construídas ao longo de mais de um século e cristalizadas em obras clássicas da Arquivística moderna. Acredito, no entanto, na possibilidade de reflexão sistemática sobre os conceitos sedimentados, percebê-los em nossa realidade cotidiana, no trabalho e no estudo. Enfim, buscar uma compreensão do atuar arquivos de uma forma e não de outra, sempre em busca de um entendimento o mais abrangente possível da realidade complexa e multifacetada dos arquivos.

1. O respeito aos fundos e o "princípio" da proveniência

Ao assumir que o conceito da *ordem original* está vinculado ao de *respeito aos fundos*, inicio nossa discussão por este último.

Sua origem está em um método de trabalho desenvolvido pelo historiador francês Natalis de Wailly, chefe da divisão administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior francês. Numa circular de 24 de abril de 1841, definiu-se que os documentos deveriam ser reunidos por *fundos*, ou seja, todos os documentos provenientes de um grupo, estabelecimento, família ou indivíduo, deveriam ser agrupados e dispostos segundo uma determinada ordem no interior desses diferentes *fundos* (DUCHEIN, 1977, p.8).

Natalis de Wailly estava disposto a resolver o problema da reunião sem critério e a dispersão de conjuntos documentais de diversas origens. O que se denominou *fundo* virou sinônimo de *arquivo*.

Esta determinação de não se misturar documentos de diversas origens é, na maioria das vezes, referenciada como um princípio, ou seja, como algo inquestionável dentro de uma determinada base paradigmática³.

Ainda no século XIX, a arquivística prussiana apropriou-se do *princípio do respeito aos fundos*, dando maior ênfase ao arranjo interno dado aos documentos no interior dos *fundos*

arquivísticos. De acordo com Schellenberg (2002, p. 245-246), foram desenvolvidos dois princípios: o *Provenienzprinzip* (princípio da proveniência) e o *Registaturprinzip* (registro).

O princípio da proveniência (*provenienzprinzip*) preconizava que os documentos oficiais deveriam ser agrupados de acordo com a sua origem nos organismos públicos administrativos. Já o *Registaturprinzip* estabelecia que “os documentos de cada órgão devem ser mantidos, no arquivo de custódia, na ordem dada pelo serviço de registro do órgão, e não reorganizados por grupos de assuntos” (SCHELLENBERG, 2002, p. 246). O *Registatur* levou às últimas conseqüências o respeito à *ordem original*, criando formas rígidas de ordenação e controle com base na proveniência.

2. A “ordem original” na Arquivística

A partir da definição do *fundo* (arquivo), restou saber o que fazer com os conjuntos documentais dentro dos *fundos*.

Michel Duchein (1977) dedicou ao problema algumas páginas do seu artigo “*O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*”. Apesar de relativizar o problema colocando sua solução na dependência das condições e características do acervo, o autor, em grande parte do texto, defende a intervenção classificatória em acervos que não possuam uma metodologia de organização definida por um arquivista.

A posição assumida pelos arquivistas holandeses S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin é de atenção à *ordem original* dos acervos, sem se deixar escravizar por ela.

“No arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apartar-se. (...) Não repousa tal regra na obediência servil à antiga organização do arquivo, nem requer a restauração da ordem original remota sob a alegação de que, em si mesma, não era suscetível de aperfeiçoamento” (MULLER, S. et al., 1960, p.40).

Mais adiante os autores confirmam a opção por uma intervenção cuidadosa.

³ Armando Malheiro da Silva (1998) denomina de *paradigma custodial* aquele baseado no conceito de *fundo* de arquivo.

"Releva, portanto, neste ponto, responder à pergunta: é necessário restabelecer o arranjo antigo a fim de que se possa conhecê-lo? Na verdade, afigura-se possível determinar a ordem primitiva do arquivo, pelo menos nas linhas gerais, com base em umas tantas séries e registros, e decidir, a partir deles, até que ponto convém mantê-la ou dela se afastar. (...) Eis por que se julga mais avisado restaurar, na sua totalidade, a ordem original, isto na medida em que subsistam vestígios dela, e então, caso imprescindível, introduzir-lhe os aperfeiçoamentos ou aplicar o princípio diretor, descortinado no antigo arranjo, aos documentos, cuja ordem se destruiu de modo irreparável" (MULLER, S. et al., 1960, p.41).

E, mais adiante, os autores reafirmam que:

"A ordenação original de um arquivo pode ser modificada a fim de se corrigirem divergências em relação à estrutura geral do mesmo (...)" (MULLER, S. et al., 1960, p.42).

Em obra mais recente, Rousseau e Couture (1998, p.79-84) dedicaram parte de um capítulo à questão da ordem interna dos *fundos*. A *ordem original* é colocada como uma segunda componente do *princípio da proveniência*. A primeira componente *"permite isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo"*, enquanto a segunda *"visa o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo"* (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p.83). Os autores deixam a cargo do arquivista a decisão de intervir ou não na ordem original, dependendo da condição do arquivo. É o que pode ser observado no trecho abaixo:

"Na ausência de um quadro de classificação para os ativos, o arquivista escolhe entre (...) conservar a ordem existente, tentar reconstituir a ordem primitiva ou aplicar outra ordem." (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p.84).

Em todo caso, Rousseau e Couture indicam a necessidade de uma intervenção do arquivista na fase ativa, quando os arquivos de uma unidade *"não estiverem organizados"*. Caso não seja possível esta intervenção, ele terá que *"escolher entre a reconstituição da ordem primitiva ou uma organização que responda a outros imperativos, como os da investigação."* (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p.84).

Além dos autores citados aqui, outros estudiosos trataram o tema com grande propriedade, não cabendo aqui abordá-los em sua totalidade⁴. Considerarei importante apresentar este breve levantamento como forma de preparação para a leitura dos exemplos apresentados a seguir.

3. Exemplos para a reflexão: Elio Gaspari e Jean Piaget

3.1 Elio Gaspari: ditadura arquivada

Em meados da década de 1980, o colunista Elio Gaspari iniciou um trabalho investigativo sobre os bastidores do regime militar no Brasil, coletando depoimentos, consultando livros e documentos, em busca de uma explicação: *"(...) por que os Generais Ernesto Geisel (o Sacerdote) e Golbery do Couto e Silva (o Feiticeiro), tendo ajudado a construir a ditadura entre 1964 e 1967, desmontaram-na entre 1974 e 1979"* (GASPARI, 2002a, p. 13).

Em 1985, vinte e cinco caixas com cerca de cinco mil documentos, provenientes do Gabinete Civil da Presidência da República, foram entregues aos cuidados de Gaspari por Golbery e Heitor Aquino Ferreira. Golbery chefiou o Gabinete Civil na gestão do presidente Geisel e Heitor Ferreira foi secretário de Geisel e de Golbery.⁵

Esses documentos mofavam em um sítio de Golbery em Luziânia, no estado de Goiás, cidade próxima à capital federal. Na sua origem, foram acumulados no Palácio do Planalto à medida que Golbery ia passando a Heitor Ferreira documentos oficiais, bilhetes, transcrições de diálogos, rabiscos e fitas gravadas com conversas. *"Heitor (...) sempre tinha uma daquelas caixas debaixo de sua mesa, no Palácio do Planalto"* (GASPARI, 2002a, p.14). Era lá que ele atirava os papéis entregues por Golbery.

"Assim, numa pilha onde está uma lista de diplomatas que deveriam ser cassados em 1964, está também uma folha de bloco com os tópicos do que deve ter sido uma conversa telefônica entre João Goulart e o presidente do Senado, Alvaro Moura Andrade, às 10h05"

⁴ Outros autores que trataram do tema são citados em DUCHEIN (1977).

⁵ Heitor Ferreira foi secretário de Golbery de 1964 a 1967 na gestão de Castello Branco e de Geisel e Golbery de 1971 a 1979.

do dia 5 de setembro de 1961, no fragor da crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros. Intocadas, essas caixas foram-me entregues. Formam um acervo de 5 mil documentos, cuja denominação correta deve ser Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira (APGCS/HF), visto que nele se misturaram documentos de um e de outro” (GASPARI, 2002a, p.14).

As vinte e cinco caixas foram transferidas do sítio de Golbery para um apartamento comprado por Gaspari no prédio onde mora em São Paulo para servir de arquivo e biblioteca.

As pesquisas de Gaspari, que se desenvolveram por dezoito anos, resultaram na publicação de uma obra dividida em quatro volumes. Os dois primeiros — *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada* — foram postos à venda no final de 2002. O terceiro volume — *A Ditadura Derrotada* — foi publicado em novembro de 2003. O quarto livro da série ainda não foi publicado até a data em que escrevo este artigo.

Os livros foram escritos mediante a combinação de uma enorme quantidade de informações recuperadas nas vinte e cinco caixas de documentos guardadas no sítio de Golbery, em um diário mantido por Heitor Ferreira e na incalculável massa de dados acumulada por Gaspari durante o processo de investigação.

Os documentos originais acumulados no Planalto, transferidos do sítio de Golbery em Goiás para o apartamento de Gaspari, em São Paulo, foram fotocopiados um a um, sendo que somente as cópias retornaram ao apartamento. Os originais foram levados para outro local não divulgado.

Neste processo, Gaspari determinou que, durante a duplicação dos originais, as cópias teriam que obedecer **a mesma ordem na qual os originais estavam guardados**. Nenhum registro foi desprezado. “(...) Bilhetes entre Geisel e Heitor, contracheques do presidente Geisel, livros, listagem de apuração de eleições em estados com comentários manuscritos do tipo ‘esse é nosso’, etc” (MARANHÃO, 2003, p. 12).

O que podemos analisar nesse exemplo?

Gaspari decidiu manter a ordem original dos dossiês. Isso nos mostra a importância da compreensão do contexto de produção dos documentos para a explicação de ações humanas (informativas) registradas em suportes físicos. Uma análise parcial dos dossiês certamente daria a falsa impressão, ou diria impressão apressada, de que o agrupamento dos papéis foi feito de modo aleatório. A aparente falta de ordem dos dossiês se deve, acima de tudo, ao

afastamento do contexto inicial de produção daqueles documentos, um distanciamento do sentido inicial de seus produtores. Porém, como se aproximar daquele sentido inicial?

Vejamos, a tentativa de Gaspari em recuperar o sentido inicial, passou, primeiramente pela manutenção do estado atual da documentação. Talvez tivesse a consciência de que os documentos não falam e nunca falarão por si. Houve necessidade de um intenso cruzamento de informações, onde um dado aparentemente banal fornecido por um entrevistado poderia esclarecer um enigma formado por uma pilha de papéis formados por bilhetes, recortes, relatórios sem qualquer conexão aparente. Daí a importância das demais fontes de informação — bibliográficas e relatos dos atores sociais envolvidos no processo — que possibilitaram desvendar, ao longo do tempo, laços que uniam documentos aparentemente sem qualquer ligação.

Ao intervir no processo, baseado pura e simplesmente em *intervenções consolidadas no universo arquivístico*, o arquivista não pode correr o risco de desfazer um quebra-cabeça antes que as demais peças estejam encaixadas. Ao ordenarmos documentos que interpretamos e classificamos como *em desordem*, não estaremos, na verdade, desordenando os acervos e nos afastando do sentido inicial de produção dos arquivos?

3.2 Jean Piaget: ordem na desordem

O pensador suíço Jean Piaget (1896-1980) é conhecido como uma das maiores autoridades do mundo em ciências psicológicas. Conhecido por suas pesquisas inovadoras e detentor de um rigor científico excepcional, dedicou sua vida ao estudo da evolução do pensamento infantil e a problemas da epistemologia. Até a data de seu falecimento, Piaget dirigia o Centro Internacional para Epistemologia Genética. Escreveu mais de setenta e cinco livros e centenas de artigos científicos.

O que pouca gente sabe é que Piaget era um bagunceiro incorrigível. O jornalista Jean-Claude Bringuier desvendou esse lado do gênio em duas séries de entrevistas realizadas em 1969 e depois em 1975-1976. Observe o trecho a seguir, relatado por Bringuier:

" (Eu olho as montanhas de papel, os dossiês empilhados que submergem a mesa.)

Jean-Claude Bringuier: *O senhor tem um escritório original, como se vê poucos...Isto para não dizer que ele está em desordem...*

(Ele ri.)

Jean Piaget: *Como você sabe, Bergson mostrou que não havia desordem! Mas duas espécies de ordem: a ordem geométrica e a ordem vital. A minha, claramente vital! Os dossiês dos quais eu tenho necessidade estão, por ordem de frequência, ao alcance de minha mão.*

Jean-Claude Bringuier: *Da mesma maneira, para achar ali embaixo uma referência de há dez ou quinze anos...*

Jean Piaget: *Os dossiês das camadas inferiores constituem um caso delicado. Mas quando é preciso procurar, procura-se. Isto toma menos tempo que pôr em ordem todos os dias.*

Jean-Claude Bringuier: *Mas quando se faz a limpeza...*

Jean Piaget: *Aqui não se faz limpeza!*

Jean-Claude Bringuier : *Nunca?*

Jean Piaget : *Nunca!*

Jean-Claude Bringuier: *Mas de que maneira sua esposa...*

Jean Piaget: *Ela é bastante gentil para não mexer aqui!"*

(BRINGUIER, 1978, p. 9)

Creio que os comentários feitos após a apresentação do exemplo de Gaspari também servem para o exemplo de Piaget. A *desordem* encarada por Bringuier tinha sentido para Piaget, como uma *ordem* própria do produtor/acumulador do acervo reveladora de conexões fundamentais para sua compreensão plena. Neste exemplo, nos restam mais três questões:

Qual seria a atitude do arquivista ao se deparar com o arquivo privado de Piaget: Separar o que é considerado documento de arquivo daqueles considerados de biblioteca ou de museu? Reordenar os dossiês de Piaget, já que sua *ordem vital* não se enquadra em nossas "metodologias" de organização?

Considerações finais

Após as citações dos autores e os exemplos apresentados, podemos voltar às seguintes questões lançadas na introdução:

a) O que determina o conceito de *ordem* e de *desordem* nos arquivos?

Parece-me que a questão, aparentemente simples, torna-se complexa quando verificamos que o conceito arquivístico de *ordem*, de certa forma, é arbitrário. Estamos predispostos a considerar, de partida, a lógica de ordenação do produtor/acumulador como *desordeira*. Em contrapartida, a lógica definida por nós, arquivistas, é tida como “a” própria ordem. O que significa que a ordem é definida por nós, arquivistas.

Podemos concluir preliminarmente que o conceito de *ordem* é determinado por nós a partir do momento em que intervimos, de forma sistemática, em acervos que possuem uma ordenação dada por produtores/acumuladores dentro de períodos de custódia de médio a longo prazos.

Imaginemos o que poderia ocorrer com os acervos de Golbery e Piaget, se interviéssemos propondo uma certa ordenação *lógica* nos dossiês? Provavelmente desmantelaríamos as ligações orgânicas, nem sempre aparentes, que unem documentos uns aos outros, compondo enigmas que só a pesquisa sistemática ou mesmo o próprio acaso podem desvendar.

Cabe a nós impossibilitar, por meio de intervenções na ordenação, a montagem desses verdadeiros quebra-cabeças? Não estaríamos desferindo um golpe mortal ao caráter eminentemente *orgânico* aos arquivos, impondo-lhes ordenações decididas arbitrariamente por nós?

b) Tendo como base as *intervenções consolidadas no universo arquivístico*, podemos dizer que *manter a ordem original* pode ser interpretado como *manter uma desordem original*?

Esta questão serve para refletirmos sobre a forma como estamos intervindo nos arquivos. Mais exatamente verificar se estamos atentos às razões que condicionaram a acumulação dos documentos por parte dos seus produtores de tal forma e não de outra, ou seja, o que levou os produtores/acumuladores a tomarem a decisão por determinada forma de ordenação.

Ao intervirmos de forma rígida e arbitrária na lógica de ordenação de determinados acervos poderemos estar mais desordenando o arquivo do que o pondo em ordem, visto que

nem sempre poderemos estar plenamente conscientes da lógica de ordenação do produtor /acumulador, seus sentidos, suas motivações, estratégias e formas de organização.

c) Tendo como base o conceito da *ordem original*, ao ordenarmos conjuntos documentais mediante *intervenções consolidadas no universo arquivístico*, estamos ordenando ou desordenando os arquivos?

Insisto em esclarecer que a questão está pautada numa visão pessoal do que significa o conceito da *ordem original*. Penso, a exemplo do que afirmei acima, que a *ordem original* está ligada diretamente à natureza orgânica dos documentos de arquivo. Para efeito do presente artigo, o que torna os arquivos tão especiais e, conseqüentemente, o que determina sua importância social é exatamente o seu caráter *orgânico* e, em hipótese alguma, podemos correr o risco de nos afastarmos desse caráter, mesmo que em prol de práticas eficazes e consensuais.

Nos processos de intervenção em massas acumuladas ou acervos que ainda não contam com uma *organização arquivística* temos que, acima de tudo, compreender a fundo o seu processo de formação, muitas vezes chamada de lógica de acumulação. Não basta somente fazermos uma breve pesquisa sobre a evolução estrutural da entidade, pessoa ou família, pois essa breve pesquisa (incluída na prática do *diagnóstico arquivístico*), servirá apenas de subsídio para o estabelecimento de instrumentos técnicos de gestão (quadros de classificação e arranjo). É preciso incluir em nossas práticas o perfil investigativo dos cientistas sociais, já que lidamos com um objeto que é resultado de ações humanas.

Ao investigarmos rigorosamente o processo de formação e acúmulo de um determinado acervo, estaremos diante de um contexto que procurará elucidar enigmas formados pela junção de documentos que aparentemente não possuem vínculos entre si. O contexto de formação de um acervo é que tornará possível ao arquivo cumprir o seu papel primordial.

Por fim, poderia o leitor pensar que nós arquivistas ficaríamos sem ter o que fazer, caso optássemos por manter a integridade dos acervos recolhidos sem uma ordem aparente. Não creio nessa hipótese, já que a própria função dos arquivistas é evidenciar a organicidade dos arquivos, permitir que estes reflitam as atividades que os geraram. O uso das novas tecnologias permite a criação de formas de recuperação de informações sem que para isso se altere de forma drástica a configuração dos dossiês ou de qualquer outra unidade de descrição. Nisso a *indexação* tem papel preponderante.

Reforço mais uma vez a urgência de revermos nossos procedimentos metodológicos, para que possamos dar o salto qualitativo que tanto necessitamos, em busca de uma Arquivística mais atenta ao produtor/acumulador da informação. Esse produtor/acumulador, imerso em um meio cultural e motivado pela ação de grupos sociais, é o agente social que marca sua presença histórica através dos registros deixados para as gerações posteriores.

Será essa questão metodológica uma *questão de ordem*?

Referências bibliográficas

1. ALBITE SILVA, Sérgio Conde de. **A preservação da informação**. 2003. 7p. No prelo.
2. BRINGUIER, Jean-Claude. **Conversando com Jean Piaget**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
3. DUCHEIN, Michel. El Respeto de los fondos em Archivistica: principios teóricos y problemas prácticos. **Boletín del Archivo General de la Nación**. [S.l.: s.n., 1977?]. p. 05-37.
4. GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (O Sacerdote e o Feiticeiro, v.1).
5. _____. **A ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As Ilusões Armadas, v.1).
6. _____. **A ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As Ilusões Armadas, v.2).
7. MARANHÃO, Aluizio. A face oculta de Geisel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2003. O País, p. 9 -13.
8. MULLER, S.; FEITH, J.A; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
9. ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
10. SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

11. SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998. v.1. (Biblioteca das ciências do homem, série plural 2).
12. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. A avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v.1, n.2, p. 15-41, jul./dez. 2002.